



Lula sanciona isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil



Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Uma das principais bandeiras de campanha de Lula, a medida começa a valer a partir de janeiro do ano que vem e deve beneficiar mais de 15 milhões de brasileiros. Na prática, a nova isenção terá impacto na declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2027, ano-base 2026. Atualmente, a tabela do IR acumula defasagem média de 154,67% de 1996 a 2024 ► PÁGINA 2

Direito

A Inexequibilidade no Pregão

O Segredo dos 75% que decide sua vitória!

► PÁGINA 5

Tecnologia

IA no Planejamento Financeiro Pessoal

Como a IA ajuda a organizar gastos, metas e decisões financeiras

► PÁGINA 6

Alerj cobra do Estado a retomada do Programa RJ Pet

► PÁGINA 4

Cláudio Castro apresenta propostas à comissão especial da PEC da Segurança

► PÁGINA 6

Flamengo vence Palmeiras e vira 1º brasileiro tetra da Libertadores

Gilvan de Souza/Flamengo/Fotos Públicas



► PÁGINA 8

RJ vai aderir ao Propag após derrubada de vetos pelo Congresso

Divulgação/GOV.RJ



► PÁGINA 7

Arrecadação federal chega a R\$ 261,9 milhões em outubro e bate recorde

► PÁGINA 6

Embraer vai receber R\$ 1 bi do BNDES para dinamizar exportações

► PÁGINA 3

Governo do Estado divulga calendário de pagamento do IPVA 2026

► PÁGINA 5

Veja como vai funcionar devolução do Pix em caso de golpe

► PÁGINA 6

Lula sanciona isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil

Medida deve beneficiar mais de 15 milhões de brasileiros

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Para compensar a perda de arrecadação, o texto prevê uma alíquota extra progressiva de até 10% para aqueles que recebem mais de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês), cerca de 140 mil contribuintes. Para quem já paga 10% ou mais, não muda nada.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na quarta-feira (26), a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento da taxa para altas rendas. Uma das principais bandeiras de campanha de Lula em 2022, a medida começa a valer a partir de janeiro do ano que vem e deve beneficiar mais de 15 milhões de brasileiros.

Em discurso sobre justiça social e combate à desigualdade, Lula destacou que não existe “sociedade igualitária”, mas que é preciso governar para aqueles que precisam do Estado. Ele reafirmou que o crescimento econômico do país tem por base o consumo da população.

“A economia não cresce por conta do tamanho da conta bancária de ninguém, a economia cresce por conta do consumo que a sociedade pode ter a partir dos alimentos”, disse.

“E o rico não fica mais pobre. Se o pobre consome mais, o rico vai ficar mais rico. O rico vai vender mais carne, mais roupa, vai vender mais carro. É isso que as pessoas precisam compreender para se fazer economia”, acrescentou o presidente.

Lula repetiu uma frase recorrente em seus discursos, - a de que “muito dinheiro na mão de poucos significa miséria, mas pouco dinheiro na mão de muitos significa distribuição de riqueza”.

“Se você pegar R\$ 10 milhões e der para uma pessoa, aquele dinheiro vai virar uma conta bancária e ele vai viver de juros. Pega esses R\$ 10 milhões e divide para mil pessoas; aquele dinheiro vai virar alimento, roupa, caderno, vai virar alguma coisa que faz a economia circular e é isso que faz a economia crescer”, explicou.

A nova lei, aprovada por unanimidade pelo Congresso, estabelece ainda descontos no imposto para pessoas que ganham entre R\$

5.000,01 e R\$ 7.350. Atualmente, a isenção do IR alcança apenas quem ganha até dois salários mínimos.

Dos novos beneficiados, 10 milhões deixarão de pagar o tributo e 5 milhões terão redução no valor devido.

Especialistas afirmam que a lei tem potencial redistributivo, ela aumentará o consumo das famílias, poderá diminuir o endividamento e impactará positivamente no crescimento da economia.

Na prática, a nova isenção terá impacto na declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2027, ano-base 2026.

TABELA DO IR

Não houve, entretanto, uma correção da tabela do IR, apenas a aplicação da isenção e descontos para essas novas faixas de renda. Uma eventual correção de toda a tabela custaria mais de R\$ 100 bilhões por ano, segundo cálculos do governo.

Então, mesmo com a nova lei, quem ganha mais de R\$ 7.350 continuará pagando 27,5% de Imposto de Renda.

Atualmente, a tabela do Imposto de Renda acumula defasagem média de 154,67% de 1996 a 2024, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A última correção parcial em todas as faixas de renda ocorreu em 2015.

Desde 2023, o governo tem garantido a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos, mas isso só beneficia a faixa inferior da tabela. No total, a tabela tem cinco alíquotas: de zero, 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%.

MAIS RICOS

Para compensar a perda de arrecadação, o texto prevê uma alíquota extra progressiva de até 10%

para aqueles que recebem mais de R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês), cerca de 140 mil contribuintes. Para quem já paga 10% ou mais, não muda nada.

Hoje, contribuintes pessoas físicas de alta renda recolhem, em média, uma alíquota efetiva de 2,5% de IR sobre seus rendimentos totais, incluindo distribuição de lucros e dividendos. Enquanto isso, trabalhadores em geral pagam, em média, 9% a 11% de IR sobre seus ganhos.

Alguns tipos de rendimentos não entram nessa conta, como ganhos de capital, heranças, doações, rendimentos recebidos acumuladamente, além de aplicações isentas, poupança, aposentadorias por moléstia grave e indenizações. A lei também define limites para evitar que a soma dos impostos pagos pela empresa e pelo contribuinte ultrapasse percentuais fixados para empresas financeiras e não financeiras. Caso isso ocorra, haverá restituição na declaração anual.

A nova lei também estabelece a tributação para lucros e dividendos remetidos para o exterior com alíquota de 10%.

HADDAD

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que essa é uma lei neutra do ponto de vista fiscal, já que o “andar de cima” vai pagar pela compensação. “Quando se fala em ajuste de conta, todo mundo arrepia e com razão, porque todas as vezes que se fez um ajuste nas contas, se fez no lombo dos mais pobres”, disse.

“Desta vez, nós resolvemos fazer diferente. Esse projeto é neutro do ponto de vista fiscal. Mas tudo que nós fizemos para ajustar as contas e que causa certa revolta em algumas pessoas, é que o andar de cima foi convidado a fazer o ajuste. Não foi o andar de baixo”, acrescentou Haddad. (Agência Brasil)

Justiça manda soltar Vorcaro e mais quatro sócios do Banco Master

Habeas corpus foi concedido por desembargadora do TRF1

A Justiça Federal em Brasília mandou soltar nesta sexta-feira (28) o banqueiro Daniel Vorcaro e mais quatro sócios do Banco Master.

O habeas corpus foi concedido pela desembargadora Solange Salgado da Silva, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região.

Com a decisão, Vorcaro e os sócios Augusto Ferreira Lima, Luiz Antonio Bull, Alberto Feliz de Oliveira e Angelo Antonio Ribeiro da Silva deverão usar tornozeleira eletrônica e estão proibidos de exercer atividades no setor financeiro, de ter contato com outros investigados e de sair do país.

Vorcaro foi preso pela Polícia Federal (PF) no dia 17 deste mês enquanto tentava embarcar para o exterior em seu jatinho particular no Aeroporto de Guarulhos. Atualmente, ele está detido no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Guarulhos (SP).

O banqueiro e outros sócios do banco foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela PF para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as investigações, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

Após a prisão, os advogados de Daniel Vorcaro negaram que o banqueiro tentou fugir do país e sustentou que ele sempre se colocou à disposição para contribuir com a apuração dos fatos.

O BRB informou que vai contratar uma auditoria externa para apurar os fatos. O banco também que vai apurar possíveis falhas de governança ou dos controles internos. (Agência Brasil)

Reprodução/Banco Master



CREDIBILIDADE é muito mais que like.
Onde você deseja ver a sua marca?
Anuncie com quem tem
C-R-E-D-I-B-I-L-I-D-A-D-E
Anuncie nos jornais e portais do interior!

ADJORI
Associação dos Dirigentes de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro

Uma iniciativa da Associação dos Dirigentes de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

Capital Empresa Jornalística Ltda
Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
Tel: (21) 98400-0441 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com
redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 98400-0441 / (21) 2671-6611

Associado à AdjoriRJ
Associação dos Diretores de Jornais do Interior

ADJORIRJ
Associação dos Dirigentes de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro

www.jornalcapital.com.br

Departamento Comercial: (21) 98400-0441
Diretor Presidente: Marcelo Cunha
Diretor de Redação: Josué Cardoso
Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ

Colaboradores:
Roberto Daiub - Carlos Valente
Gilmara Rodrigues do Nascimento

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores.

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Valor da Informação

comercial.capitalmercado@gmail.com

21 2671-6611
21 9840-00441

comercial@jornalcapital.jor.br

Embraer vai receber R\$ 1 bi do BNDES para dinamizar exportações

Empresa espera fechar 2025 com até 85 aviões entregues



Antônio Milena/Arquivo/ABR

A terceira maior fabricante de aviões do mundo, a Embraer, vai receber um empréstimo de R\$ 1,09 bilhão para produzir aeronaves comerciais que serão vendidas para o exterior. O financiamento foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme comunicado divulgado pelo banco de fomento na terça-feira (25). Os recursos serão utilizados pela empresa para cumprir cronograma de entregas já acertado com importadores em vários países.

A companhia, líder na fabricação de jatos comerciais de até 150 assentos, espera fechar 2025 com um total de 77 a 85 jatos comerciais entregues. No ano passado, o número ficou em 73. Em 2023 foram

64. Somando aviões comerciais e aeronaves de defesa e segurança foram 206 entregas em 2024 e 181 em 2023.

Os recursos para o empréstimo são da linha de financiamento Exim Pré-embarque, voltado para exportadores, com taxas de juros formadas por custo financeiro, taxa do BNDES e taxa de risco de crédito.

RECORDE DE PEDIDOS

De acordo com o presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, a empresa vivencia um recorde no volume de pedidos e “ritmo sólido de vendas”.

“Estamos realizando investimentos significativos para atender à crescente procura por nossos produtos e o financiamento

do BNDES é fundamental para apoiar iniciativas que visam aumentar a capacidade de produção e acelerar as entregas nos próximos anos”, disse no comunicado do banco.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destaca o fato de o Brasil fazer parte de um “seleto grupo” de países com capacidade de projetar, fabricar e exportar aeronaves comerciais, executivas, de defesa e agrícolas.

“É um setor estratégico, devido à alta tecnologia envolvida, ao emprego de mão de obra com alta capacitação e à capacidade de gerar inovações com impactos positivos na economia do Brasil”, afirmou Mercadante.

O banco, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio

e Serviços, financiou cerca de US\$ 26,3 bilhões em exportações de aeronaves comerciais da Embraer, apoiando a produção de 1.350 jatos, desde 1997.

A EMPRESA

A Embraer tem 23,5 mil funcionários em todo o mundo, sendo 18 mil no Brasil, principalmente na sede em São José dos Campos, em São Paulo.

Há contingente também nas cidades paulistas de Sorocaba, Botucatu e Gavião Peixoto, além de engenheiros em Florianópolis e Belo Horizonte.

A empresa mantém unidades industriais nos Estados Unidos e em Portugal. A maior parte das vendas da Embraer é destinada ao mercado externo. (Agência Brasil)

Bacellar anuncia R\$ 120 milhões para fortalecer os municípios

Serão devolvidos mais de R\$ 200 milhões ao Estado, de onde mais da metade irá para os municípios

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Rodrigo Bacellar (União), anunciou durante a sessão da terça-feira (25) que o parlamento estadual vai destinar mais de R\$ 120 milhões para os municípios. “Este ano, com responsabilidade financeira, vamos devolver mais de R\$ 200 milhões ao Estado. E, mais da metade desse recurso, vai para os municípios, priorizando com mais repasses os municípios com menor arrecadação própria”, explicou Bacellar, que pretende assinar o projeto em conjunto com todos parlamentares.

DEPUTADOS APOIAM O PROJETO

O deputado Marcelo Dino disse: “Esse gesto do presidente Rodrigo Bacellar demonstra liderança, responsabilidade e um compromisso real com os 92 municípios do nosso Estado. Sou municipalista e sei o quanto esses recursos fazem diferença no dia a dia das prefeituras, especialmente das cidades com menor capacidade de arrecadação. Quando a Alerj economiza e devolve recursos para fortalecer quem está na ponta, quem ganha é a população. Parabéns ao presidente e reafirmo meu apoio a iniciativas que tratam o interior com o respeito que ele merece.”

“Essa atitude demonstra o olhar do presidente Rodrigo Bacellar por todo o Estado, olhando por cidades do interior que vivem uma grave situação financeira e carecem de recursos para programas básicos”, comentou o deputado Chico Machado (SDD).

O deputado Yuri Moura (PSOL) também elogiou o projeto. “O presidente está fazendo justiça tributária e justiça social. Economizou recursos e está ajudando os municípios mais carentes do nosso Estado”.

A deputada Carla Machado (PT), ex-prefeita de São João da Barra, destacou a importância do olhar da gestão da Alerj para os municípios. “Independente de partido, o presidente está olhando por todas as cidades. E temos muitos municípios que dependem muito desse apoio”, disse Carla.



Divulgação/Alerj

Hospital Dr. Ernesto Che Guevara recebe menção honrosa em seminário nacional de sustentabilidade

Projeto de coleta seletiva da unidade maricaense é destaque ao redirecionar 65% das embalagens de nutrição por sonda para a reciclagem

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Saúde, foi destaque no 18º Seminário Hospitais Saudáveis, realizado entre os dias 28 e 30 de outubro de 2025, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. No evento, que teve como tema “Clima é Saúde, Saúde é Clima”, o Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara recebeu menção honrosa pelo projeto de coleta seletiva das embalagens usadas na alimentação por sonda (nutrição enteral), já implantado no hospital.

Durante o evento, que reuniu instituições de referência de todo o país para discutir práticas sustentáveis na área da saúde, a iniciativa maricaense foi apresentada pela diretora multidisciplinar do Hospital Dr. Ernesto Che Guevara, Valéria Costa Machado, que expôs a metodologia, o monitoramento e os resultados do projeto. Intitulada “Implantação do fluxo de coleta seletiva das embalagens de nutrição enteral: relato de uma experiência que protege e promove a saúde”, a iniciativa ganhou destaque nacional e garantiu a menção honrosa durante a premiação “Amigo do Meio Ambiente 2025”.

O projeto tem contribuído significati-



Evelen Gouvêa/Maricá

vamente para a sustentabilidade na rotina hospitalar da unidade, redirecionando 65% das embalagens para reciclagem, evitando o descarte no lixo comum e fortalecendo a economia circular. Em números absolutos, a ação já possibilitou a reciclagem de 223,38 kg de materiais, além de colaborar para a redução de riscos associados às mudanças climáticas, que podem resultar em até 21 milhões de mortes adicionais até 2050, segundo estimativas internacionais.

O secretário de Saúde, Dr. Marcelo Ve-

lho, destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da rede municipal com a inovação e a responsabilidade ambiental.

“Esse resultado demonstra que Maricá está alinhada às melhores práticas nacionais em sustentabilidade na saúde. Iniciativas como a do Hospital Che Guevara mostram que é possível qualificar a assistência, reduzir impactos ambientais e promover cuidado integral, reforçando uma gestão que olha para o presente e planeja o futuro com responsabilidade”, afirmou.

A diretora-geral do Hospital Muni-

pal Dr. Ernesto Che Guevara, Ana Paula Silva, ressaltou a importância do destaque nacional das iniciativas sustentáveis desenvolvidas na unidade.

“A menção honrosa no Seminário Hospitais Saudáveis reforça o nosso compromisso não apenas com a excelência em atendimento, mas também com a responsabilidade ambiental e social. O projeto de coleta seletiva mostra que é possível inovar na gestão hospitalar e coloca o Hospital Che Guevara ao lado de outras unidades de referência no Brasil”, garantiu.

RELEVÂNCIA NACIONAL DO SEMINÁRIO

O Seminário Hospitais Saudáveis é promovido pelo Projeto Hospitais Saudáveis (PHS), organização não governamental dedicada à promoção de conhecimento e ao apoio técnico para aprimoramento das práticas de gestão no setor de saúde. A iniciativa atua na prevenção e redução de riscos socioambientais, oferecendo ferramentas e tecnologias voltadas à sustentabilidade e à proteção da saúde pública e ambiental.

Alerj cobra do Estado a retomada do Programa RJ Pet

A Comissão de Defesa e Proteção dos Animais propôs a criação de um plano de parceria institucional para avançar nas políticas de proteção animal.

A Comissão de Defesa e Proteção dos Animais, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), se reuniu na terça-feira (18/11) para debater o retorno das atividades do programa “RJ Pet”, criado para oferecer castração gratuita de cães e gatos e que teve suas ações interrompidas neste ano. Durante o encontro, o colegiado questionou representantes do Estado sobre o cronograma e as condições para a retomada do projeto e propôs a criação de um plano de parceria institucional para que seja possível avançar nas políticas de proteção animal.

O presidente da Comissão, deputado Marcelo Dino (União), enfatizou a necessidade de ações imediatas para restabelecer o serviço de castração no estado. “A falta desse serviço impacta diretamente a saúde pública e já resultou em uma alta significativa no número de animais sem atendimento. Precisamos acelerar a retomada do programa e garantir que a estrutura funcione com continuidade e transpa-



Alex Ramos/Alerj

O presidente da Comissão, deputado Marcelo Dino (União), enfatizou a necessidade de ações imediatas para restabelecer o serviço de castração no estado.

rência. O Estado tem um papel a cumprir, e nós estaremos aqui para cobrar e garantir que isso aconteça”, afirmou.

RESPOSTA DO ESTADO

O subsecretário estadual de Proteção e Bem-Estar Animal, Juan Pablo Almeida, explicou que o RJ Pet foi paralisado após indícios de irregularidades no contrato que concentrava o programa apenas na

castração, o que, segundo ele, travou a execução e descaracterizou a proposta original. Ele afirmou que foi necessário redesenhar o modelo para garantir continuidade e recuperar a essência do projeto.

“Percebemos que o programa havia perdido seu propósito inicial e precisava ser reformulado para funcionar de forma contínua e segura. Além das castrações, estamos estruturando serviços como

atendimento veterinário básico para consultas pré e pós-operatórias, algo que antes não existia, a obrigatoriedade da microchipagem, a capacitação e definição dos protetores independentes, e a retomada de ações como adoção, selo Pet Friendly e projetos ambientais. O objetivo é reconstruir o RJ Pet com estabilidade, diálogo e transparência, executando as castrações o quanto antes”, explicou Almeida.

Governo do Rio destaca avanços na transição energética durante o Lide França

Segundo o secretário da Casa Civil, Nicola Miccione, o estado atua hoje como um potencial centro de novos investimentos para empresas francesas

Durante o Lide França, em Paris, na quinta-feira (27/11), o secretário da Casa Civil, Nicola Miccione, apresentou os principais avanços do Governo do Estado na área de transição energética, reforçando o papel do Rio de Janeiro como protagonista nacional na corrida por uma economia de baixo carbono. Em um cenário global de busca por soluções sustentáveis, Miccione destacou que o estado vive um momento singular, com projetos capazes de gerar milhares de empregos, atrair investimentos e fortalecer a cooperação internacional — especialmente com o setor empresarial francês, reconhecido por sua atuação inovadora em energia limpa e tecnologia industrial.

“O Rio de Janeiro tem uma matriz já bastante diversificada. Nós somos o estado com maior produção de petróleo no Brasil, quase 90%, e de gás natural, cerca de 80%. O Rio quer ser um centro de investimentos. E o diálogo com os empresários franceses é fundamental para avançarmos em soluções de alto impacto. O Rio tem potencial e projetos estruturantes; e a França tem tecnologia e experiência. Juntos, podemos construir um futuro mais sustentável para ambos os países - destacou.

Durante o painel “Transição Energética e Minerais Estratégicos”, Miccione destacou a renovação ou nova concessão para o setor de gás nos próximos 25 anos, com mais de R\$ 15 bilhões em Capex, e 2,5 bilhões de euros projetados para a área. A iniciativa visa modernizar o setor, incentivar a competição e estimular a produção de fontes energéticas mais limpas.



Bruna Lopes/Lide

PROJETOS ESTRUTURANTES PARA UM FUTURO DE BAIXA EMISSÃO

Entre as iniciativas do Governo do Rio, o programa Corredores Sustentáveis foi apontado como um dos destaques. Hoje, o estado já conta com 14 postos de combustíveis adaptados para abastecer veículos pesados com gás natural e biometano, reduzindo emissões e promovendo uma matriz de transporte mais limpa.

Outro programa decisivo é o piloto de eólica offshore, desenvolvido em parceria com a Petrobras, que avança para se tornar o maior do Brasil. A iniciativa estimula a instalação de parques de energia eólica no mar e tem potencial para gerar mais de 510 mil empregos, consolidando o Rio de Janeiro como o principal hub de transição energética do país.

Na área de mobilidade, o RJ Mobilidade já opera dois ônibus movidos a gás natural e biometano em linhas intermunicipais, reduzindo em até 20% as emissões de CO₂ — o principal agente do aquecimento global. A experiência abre caminho para a adoção de uma frota mais limpa em toda a Região Metropolitana.

INOVAÇÃO NO USO DE BIOMETANO

O secretário também abordou os avanços no uso do biometano, que passa a integrar os aterros sanitários controlados à rede de distribuição de gás canalizado da Naturgy. Essa conexão permitirá ampliar a oferta de um combustível renovável, com menor impacto ambiental e maior previsibilidade de abastecimento.

BC fecha cerco a contas-bolsão e regulamenta serviços bancários

Instituições serão responsáveis por operações bancárias terceirizadas

O Banco Central (BC) deu um novo passo nesta sexta-feira (28) para restringir o uso das chamadas contas-bolsão, instrumento que reúne recursos de vários usuários em uma única conta, sem identificação individualizada dos titulares.

Comum em plataformas de comércio eletrônico, o instrumento passou a ser usado por organizações criminosas para ocultar operações financeiras e lavar dinheiro.

Ao regulamentar a terceirização de serviços bancários no modelo Banking as a Service (BaaS), o BC deixou explícito que contas abertas, mantidas ou encerradas por meio desse sistema devem ter a titularidade individualizada e podem ser movimentadas apenas pelos próprios clientes finais.

A prática de conta-bolsão, segundo o órgão, nunca foi permitida: “Do nosso ponto de vista, conta-bolsão é uma prática irregular. Agora, estamos deixando claro que cada conta precisa ter seu titular identificado e ser movimentada somente por essa pessoa”, afirmou o diretor de Regulação do BC, Gilneu Vivan.

A medida reforça determinação publicada no início do mês, que obrigou instituições financeiras a encerrar contas irregulares com características de bolsão.

A regulamentação do BaaS entra em vigor imediatamente, mas contratos já existentes poderão ser adequados até 31 de dezembro de 2026. Aprovada na quinta-feira (27) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a Resolução Conjunta 16/2025 só foi explicada nesta sexta-feira (28) pelo Banco Central.

CRIME ORGANIZADO

Nos últimos meses, investigações federais revelaram o uso desse tipo de conta por facções criminosas. Operações como Carbono Oculto e Poço de Lobato mostraram esquemas que utilizavam fintechs, fundos de investimento e contas concentradoras para mascarar transações e movimentar recursos ilícitos.

De acordo com Vivan, a regulamentação de BaaS estava em análise há meses, mas ganhou peso diante do risco crescente.

“A norma aumenta a transparência e melhora a segurança do sistema financeiro”, disse.

Nem sempre, as contas-bolsão eram usadas para fins ilegais. Plataformas de comércio eletrônico usavam contas-bolsão em seu nome para recolher o dinheiro dos clientes, repassando os recursos posteriormente às lojas ou às pessoas físicas vendedoras das mercadorias.

RESPONSABILIDADES REFORÇADAS

O novo marco regulatório também esclarece as responsabilidades das instituições envolvidas no modelo BaaS. Esse sistema permite que empresas não financeiras ofereçam serviços como contas digitais, meios de pagamento e crédito aos seus clientes por meio da infraestrutura de um banco ou de uma instituição de pagamento.

A partir da norma, a responsabilidade final pelas operações permanece sempre com a instituição autorizada pelo BC, mesmo quando serviços forem totalmente terceirizados. “Você pode delegar serviços, mas não a responsabilidade”, enfatizou Vivan.

A nova regulamentação inclui procedimentos de “conheça seu cliente”, prevenção à lavagem de dinheiro e comunicações obrigatórias ao regulador. As regras abrangem ainda governança corporativa, gerenciamento de riscos, controles internos, requisitos de segurança, conduta e transparência das informações.

PRESTADOR ÚNICO

O BC determinou que uma empresa só pode contratar contas via BaaS com uma única instituição financeira por tipo de conta. Assim, uma companhia poderá ter um banco para conta de depósito e uma instituição de pagamento para conta de pagamento, mas não dois prestadores para a mesma modalidade.

Além das contas, o regulamento abrange serviços como Pix, débito em conta, boletos e concessão de crédito. Ficam de fora, por ora, serviços de eFX (pagamentos e transferências internacionais), subcredenciamento (participante do arranjo de pagamento que habilita estabelecimentos comerciais para a aceitação de instrumento de pagamento emitido por instituição de pagamento ou por instituição financeira) e iniciadores de transação de pagamento (ITPs), que serão discutidos futuramente.

TRANSPARÊNCIA

A norma exige que clientes saibam claramente qual instituição financeira está por trás dos serviços oferecidos. Dados sobre as operações deverão estar disponíveis ao BC e a órgãos legalmente autorizados.

Segundo o regulador, o objetivo é aumentar a segurança para clientes e instituições e reduzir a insegurança jurídica, sem comprometer a inovação do setor. *(Agência Brasil)*

Cláudio Castro apresenta propostas à comissão especial da PEC da Segurança

Governador reforçou a necessidade de novo modelo de financiamento e de autonomia dos estados no sistema de segurança pública



Ernesto Carriço/GOV.RJ

O governador Cláudio Castro apresentou, na terça-feira (25/11), propostas de alterações da PEC da Segurança, durante audiência da Comissão Especial que debate o tema, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Entre os pontos defendidos, estão a autonomia nos ciclos de competência das polícias, a preservação da subordinação das polícias estaduais aos governadores e a criação de um modelo de compensação financeira aos estados que utilizam recursos próprios para combater crimes de natureza federal.

— A nossa Constituição já não reflete mais o cenário que vivemos. O crime mudou de natureza, domina territórios, impõe regras e explora economicamente comunidades inteiras. É preciso mudanças. Para que a PEC seja eficaz, é essencial estabelecer bases constitucionais sólidas e garantir que a União exerça papel coordenador sem desestruturar a autonomia dos estados — afirmou Cláudio Castro.

O governador do Rio também propôs a destinação de parte da arrecadação das plataformas de apostas — as bets — para o financiamento da segurança pública, além da criação de um Conselho Nacional de Segurança Pública mais enxuto, com maior independência e efetividade. Castro reforçou ainda a necessidade de ajustes na atuação da Polícia Federal dentro do sistema de competências e a separação dos fundos penitenciários e de segurança pública, medida considerada fundamental para aprimorar a gestão dos recursos.

Para o governador, as dificuldades enfrentadas no setor não decorrem da falta de investimento por parte dos estados, mas de um modelo

institucional defasado.

— Somente o Rio de Janeiro investe R\$ 16 bilhões por ano em segurança pública. O que está errado não é o esforço dos estados, é a divisão das competências — destacou.

DEBATE SOBRE A PEC DA SEGURANÇA

Instalada em 9 de setembro de 2025, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados é responsável por discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, apresentada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A PEC busca constitucionalizar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e redefinir as competências federativas para modernizar a atuação dos entes no enfrentamento ao crime organizado.

Governo do Estado divulga calendário de pagamento do IPVA 2026

Imposto poderá ser pago à vista com 3% de desconto ou em três cotas

O Governo do Estado divulgou no Diário Oficial, desta segunda-feira (01/12), por meio da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-RJ), o calendário de pagamentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2026. Por definição do governador Cláudio Castro, o tributo poderá ser quitado à vista, com desconto de 3% conforme decreto também publicado nesta data ou em três cotas mensais iguais.

Os pagamentos começam no dia 21 de janeiro, com o vencimento da cota única e da primeira parcela dos veículos com placas terminadas em 0. Para quitar o tributo, assim como neste ano, será necessário emitir o Documento de Arrecadação do Estado do Rio de Janeiro (DARJ) exclusivamente pelo hotsite da Sefaz-RJ, no endereço: <https://ipva2026.fazenda.rj.gov.br>. A recomendação é digitar o endereço diretamente no navegador, evitando sites de busca que



Luis Alvarenga/GOV.RJ

podem direcionar a endereços criados por golpistas.

No site, o contribuinte deve clicar em "Emissão DARJ IPVA" e informar o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). O documento poderá ser quitado via Pix, em qualquer instituição financeira, ou por código de barras, em bancos parceiros da Fazenda estadual (Bradesco, Itaú, Santander e SICOOB).

Caso pagamento seja feito via Pix, o contribuinte deve se atentar às seguintes informações no aplicativo do banco antes confir-

mar a transação: o CNPJ 42.498.675/0001-52 e o nome do favorecido "SEFAZ RJ – SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RJ".

CONFIRA TODAS AS DATAS DE PAGAMENTO

Final de Placa	1ª parcela ou cota única	2ª parcela	3ª parcela
0	21/jan	20/fev	23/mar
1	22/jan	23/fev	26/mar
2	23/jan	24/fev	27/mar
3	26/jan	25/fev	30/mar
4	27/jan	26/fev	31/mar
5	28/jan	27/fev	01/abr
6	29/jan	02/mar	06/abr
7	30/jan	03/mar	07/abr
8	02/fev	04/mar	08/abr
9	03/fev	06/mar	09/abr

O valor do imposto é calculado por meio da aplicação das alíquotas estabelecidas em lei (4% para carros flex, 2% para motos, 1,5% para carros movidos a GNV e 0,5% para veículos movidos exclusivamente a energia elétrica) sobre os valores venais (preços de mercado) dos veículos, calculados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Além da emissão do DARJ, o site do IPVA disponibiliza o acesso ao serviço de consulta de débitos, informações gerais e contatos da equipe especializada que trata do tributo.



Direito do Cidadão
Gilmar Rodrigues do Nascimento

A Inexequibilidade no Pregão

O Segredo dos 75% que decide sua vitória!

No universo das licitações, dominar a arte da proposta vencedora vai muito além de dar o menor preço. Existe um instrumento legal afiado, frequentemente subestimado, que serve como uma linha de corte invisível entre a vitória e a desclassificação sumária: a regra da inexequibilidade de 75% da média ponderada, prevista para serviços na Nova Lei de Licitações. Este critério não é apenas um dispositivo burocrático; ele é um gatilho estratégico que os licitantes de alta performance utilizam para se posicionar de forma imbatível.

O Tribunal de Contas da União (TCU) enxerga essa regra como o balizador da viabilidade econômica. Propostas que cruzam o limite de 75% da média ponderada das demais lances aceitos são imediatamente consideradas presumivelmente inexequíveis. Mas é exatamente essa presunção que cria a grande oportunidade tática. A questão não é apenas dar um preço baixo, mas saber onde esse preço se encaixa no panorama competitivo, transformando o critério em uma ferramenta de eliminação de concorrentes excessivamente agressivos.

Para o licitante estratégico, a regra dos 75% impõe uma vigilância constante. Conhecer e antecipar a média ponderada em tempo real é a chave para o sucesso. O objetivo não é apenas evitar que sua própria proposta caia abaixo desse limite perigoso, mas sim monitorar o risco que seus concorrentes assumem. Este ponto de corte é o argumento perfeito para questionar a viabilidade das propostas rivais, forçando a Administração a exigir a comprovação técnica de custos ou, melhor ainda, a sua desclassificação automática.

Portanto, a inexequibilidade dos 75% é, na verdade, um conhecimento de mercado privilegiado. Licitantes que dominam essa métrica não competem apenas por preço, mas por inteligência. Eles usam esse número como uma bússola que guia o lance final para o ponto exato de máxima competitividade, permanecendo seguro na zona de exequibilidade, enquanto observam os adversários caírem por terem ignorado este segredo. Quem sabe calcular e se posicionar em relação a esse limite detém uma vantagem estratégica decisiva em qualquer Pregão Eletrônico.

Quer saber mais sobre licitações e aprender a se posicionar? Acompanhe a nossa Coluna.

Advogada especialista em Licitações e Contratos, Direito Administrativo, Previdenciário e Tributário;
Pós Graduada em Direito Administrativo pela EMERJ;
Pós Graduada em Direito Tributário pela EMERJ.



Advocacia & Consultoria Jurídica

gilmararodriguesadv@gmail.com



mais artigos

Os nossos jornais chegam aos mais diferentes públicos e diversas localidades



Anunciar em jornal é um excelente investimento!



Veja como vai funcionar devolução do Pix em caso de golpe

Nova regra já está em vigor e a partir de 2026, será obrigatória; Será possível fazer a devolução do dinheiro a partir de outras contas.

Já está em vigor a nova regra que facilita a devolução de transferências indevidas de Pix e que visa dificultar a ação de golpistas.

O Mecanismo Especial de Devolução (MED) permite rastrear o dinheiro caso outras transferências sejam feitas para mascarar a origem do valor.

Por enquanto, o serviço é opcional aos bancos e instituições de pagamento. A partir de 2 de fevereiro de 2026, vai se tornar obrigatório para todos.

COMO FUNCIONAVA

Com a nova regra em vigor, será possível fazer a devolução do dinheiro a partir de outras contas, e não apenas daquela utilizada na fraude.

As informações serão compartilhadas com os participantes envolvidos nas transações e permitirão a devolução de recursos em até 11 dias após



Bruno Peres/Agência Brasil

O Mecanismo Especial de Devolução (MED) permite rastrear o dinheiro caso outras transferências sejam feitas para mascarar a origem do valor.

a contestação, de acordo com o BC.

Antes, a devolução dos recursos era feita apenas a partir da conta originalmente utilizada na fraude.

O problema é que os fraudadores, em geral, retiram rapidamente os recursos da conta que recebeu o dinheiro e os transferem para outras.

Dessa forma, quando o cliente fazia a reclamação e pedia a devolução, o mais comum é que a conta já estava esvaziada.

SOBRE O MED

Existente desde 2021, o Mecanismo Especial de Devolução só pode ser usado em caso comprova-

do de fraudes ou de erros operacionais da instituição financeira.

A ferramenta não pode ser usada para desacordos comerciais, casos entre terceiros de boa-fé e envio de Pix para a pessoa errada por erro do próprio usuário pagador (como erro de digitação de uma chave). (Agência Brasil)

Arrecadação federal chega a R\$ 261,9 milhões em outubro e bate recorde

Acumulado do ano em R\$ 2,4 tri também é o maior da série histórica

A arrecadação total de tributos federais somou R\$ 261,9 milhões em outubro, o maior valor já registrado para o mês. O resultado representa expansão real (acima da inflação do período) de 0,92% em relação ao mesmo período do ano passado.

Já no acumulado dos dez primeiros meses do ano, as receitas federais chegam a R\$ 2,4 trilhões, representando acréscimo real de 3,2% na comparação com igual período de 2024.

Os dados foram divulgados na segunda-feira (24) pela Receita Federal.

“Importante observar que se trata do melhor desempenho arrecadatório, tanto para outubro quanto para o período acumulado”, frisou a instituição.

Os valores se referem a tributos federais, como Imposto de Renda de pessoas físicas e empresas, receita previdenciária, Imposto sobre Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), PIS/Cofins, entre outros. Arrecadação com royalties e depósitos judiciais, que não são apurados pela Receita Federal, também entram na conta.

DESTAQUES

Ao detalhar a evolução dos tributos, a Receita Federal destacou o IOF, que somou R\$ 8,1 milhões em outubro de 2025, alta de 38,8% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Em junho deste ano, o governo aumentou a cobrança em algumas operações de crédito, por meio do Decreto 12.499/2025. A medida foi derrubada posteriormente.

Outro destaque apontado pela Receita foi o IRRF-Capital (cobrança de imposto em cima de lucro com aplicações financeiras). A arrecadação chegou a quase R\$ 11,6 milhões, representando acréscimo real de 28,01% ante outubro de 2024.

A Receita explica que o desempenho está relacionado ao lucro que investidores tiveram em aplicações de renda fixa e Juros sobre Capital Próprio (JCP) — forma de uma empresa dividir parte do lucro com os acionistas.

DESACELERAÇÃO

Apesar do recorde nos dez primeiros meses do ano, que representou salto de 3,2% na comparação com o mesmo período de 2024, o desempenho mostra desaceleração, ou seja, o crescimento da arrecadação tem perdido força.

Em julho de 2025, a evolução chegou a ser de 4,41%, mas a diferença positiva foi se reduzindo mês a mês.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, reconhece que esse comportamento arrecadatório é um reflexo da desaceleração econômica no país.

“A gente continua crescendo, porém a taxas decrescentes, a taxas menores.”

Ele acrescenta que o resultado não é surpresa, pois acompanha projeções do próprio Ministério da Fazenda e de agentes do mercado financeiro.

“Já se previa uma certa contração na atividade econômica”, afirma Malaquias, que chama atenção para a resiliência de alguns fatores, como o setor de serviços e a massa salarial dos trabalhadores.

FREIO DOS JUROS

A perda de fôlego citada é um efeito direto da política monetária

(controle da taxa de juros) exercida pelo Banco Central (BC). A taxa básica de juros da economia, a Selic, está em 15% ao ano, o maior patamar desde julho de 2006 (15,25%).

O BC mantém o juro alto como forma de esfriar a economia e puxar para baixo a inflação, que está há 13 meses acima da meta do governo, de 3% ao ano com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, podendo ir até 4,5%.

Em outubro, a inflação oficial acumulava 4,68% em 12 meses, porém em trajetória de desaceleração.

“A arrecadação tributária é um dos termômetros da atividade econômica. Quando a arrecadação vai bem, a gente costuma dizer que a atividade econômica, responsável pela maior parte do resultado da arrecadação, também está indo bem”, conclui Malaquias.

ARRECADAÇÃO COM BETS EXPLODE

A arrecadação das atividades de exploração de jogos de azar e apostas subiu quase 10.000% em outubro de 2025 na comparação com o mesmo mês de 2024.

A explicação está na regulamentação da atividade das casas de apostas virtuais, as chamadas bets, que passou a valer apenas em 2025.

A comparação ficou extremamente alta pois essas plataformas pagavam bem menos impostos. Em outubro de 2024, a arrecadação proveniente dessas atividades foi de R\$ 11 milhões, valor que saltou para R\$ 1 bilhão em outubro de 2025.

No acumulado dos dez primeiros meses de 2025 ante o mesmo período de 2024, a evolução foi de mais de 16.000%, indo de R\$ 49 milhões para R\$ 8 bilhões. (Agência Brasil)



TECNOLOGIA

sem Mistério

Carlos Valente

IA no Planejamento Financeiro Pessoal

Como a IA ajuda a organizar gastos, metas e decisões financeiras

A Inteligência Artificial está cada vez mais presente no nosso dia a dia. Ela já ajuda a escolher o melhor caminho no trânsito, sugerir filmes que combinam com nossos gostos, traduzir textos, criar imagens, responder perguntas e até conversar conosco de forma natural. Mas uma das áreas em que essa tecnologia tem se mostrado extremamente útil, especialmente para pessoas comuns, é no **planejamento financeiro pessoal**.

Gerenciar dinheiro sempre foi um desafio para grande parte dos brasileiros. Muitas vezes, o problema não está apenas na falta de renda, mas sim na falta de organização, de controle de gastos e de conhecimento sobre como planejar o futuro. Saber quanto se gasta, onde se gasta, quanto é possível economizar e como alcançar objetivos como pagar dívidas, comprar algo importante ou formar uma reserva é uma tarefa que exige disciplina. E é justamente aí que a Inteligência Artificial pode fazer toda a diferença.



ChatGPT-5

Hoje, qualquer pessoa com um celular pode contar com aplicativos e assistentes virtuais que utilizam IA para analisar seus hábitos financeiros, categorizar automaticamente seus gastos, identificar desperdícios, sugerir economias e até montar planos personalizados para atingir metas. Você informa que quer guardar dinheiro para uma viagem, um curso, quitar um financiamento ou fazer uma reforma, e a IA calcula quanto você precisa juntar, qual o melhor percurso e ainda te ajuda a manter o controle ao longo dos meses.

A grande vantagem é que essa orientação não depende de conhecimento financeiro. A IA traduz informações complexas em explicações simples e visuais, como gráficos, alertas, indicadores e metas, para que qualquer pessoa, mesmo sem experiência com números, consiga entender sua situação financeira e tomar melhores decisões.

Além disso, os sistemas com IA aprendem com os hábitos do usuário. Quanto mais você usa, mais inteligentes e personalizadas ficam as sugestões. Com o tempo, ela passa a prever seus gastos do mês, alertar sobre riscos de endividamento, sugerir investimentos para seu perfil e indicar como atingir seus objetivos de forma mais segura.

E tudo isso com praticidade, acessibilidade e velocidade. Não é mais necessário usar planilhas complicadas ou anotações confusas. A tecnologia faz o trabalho pesado, deixando para você apenas a decisão final.

Mais do que uma ferramenta tecnológica, a Inteligência Artificial se tornou um verdadeiro **auxiliar financeiro**, que ajuda a transformar atitudes, criar consciência e facilitar a vida. Um caminho mais organizado, inteligente e possível rumo à saúde financeira.

Tecnólogo em Processamento de Dados, desenvolvedor full stack, autodidata e entusiasta de novas tecnologias, sempre focado em soluções eficientes e inovadoras.



Valente Soluções

contato@valentesolucoes.com.br



mais artigos

Rio de Janeiro vai aderir ao Propag após derrubada de vetos pelo Congresso

Decisivo nas articulações para aprovação do programa, Cláudio Castro acompanhou a votação em Brasília



O governador Cláudio Castro anunciou que o estado do Rio de Janeiro vai aderir ao Propag (Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados), após a votação que derrubou parte dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na quinta-feira (27/11), em Brasília. Seis dispositivos - dos 30 vetados anteriormente - foram retomados. Com papel relevante tanto na entrega do projeto pelo presidente do Senado quanto na tramitação na Câmara, Castro acompanhou a votação em sessão conjunta de senadores e deputados.

– Hoje é um dia histórico. A derubada desses vetos é crucial para garantir a saúde financeira do Estado e viabilizar investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança. O Propag é fruto de longas negociações e representa um passo determinante para a renegociação da dívida pública estadual, em condições mais justas e sustentáveis – afirmou o governador.

Um dos pontos retomados autoriza o uso de recursos do FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional) para abater parte das dívidas - medida aprovada pelo Congresso e vetada anteriormente pelo presidente Lula. O FNDR começará a operar em 2029 e chegará a R\$ 40

bilhões anuais para todos os estados a partir de 2033.

– A dívida do Estado é um problema histórico, mas fui o primeiro governador a buscar uma solução definitiva junto ao Governo Federal. Nos últimos seis anos, o Estado não contraiu nenhuma nova dívida, apenas juros acumulados. Seguiremos trabalhando pelo Rio de Janeiro e para que a população colha os resultados – declarou Castro.

Os outros trechos retomados tratam da garantia de estado de calamidade pública a entes afetados por eventos climáticos. Com o dispositivo, estados prejudicados poderão aderir ao Propag e manter prerrogativas de refinanciamento previstas no Regime de Recuperação Fiscal.

Também foi derrubado o veto que impedia a União de deduzir, das parcelas dos contratos, valores que estados aplicaram entre 2021 e 2023 em obras de responsabilidade federal.

Desde o início das negociações, Cláudio Castro tem atuado diretamente junto a lideranças em Brasília. Após a aprovação do texto no Senado, em agosto, o governador se reuniu diversas vezes com o presidente da Câmara, Arthur Lira, buscando acelerar a votação na Casa. A matéria foi relatada pelo deputado Dr.

Luizinho, do Rio de Janeiro. No Senado, o relator foi Davi Alcolumbre.

O PROPAG

O Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) cria mecanismos para facilitar o pagamento das dívidas com a União, incluindo a redução da taxa de juros hoje aplicada - equivalente ao IPCA + 4% ao ano. Em contrapartida, os estados deverão quitar parte dos débitos e cumprir regras fiscais e financeiras adicionais. O programa permite que as taxas cheguem a IPCA + 0, +1 ou, no máximo, +2%.

– Hoje é um dia muito importante para o estado do Rio de Janeiro. O Propag é a solução que permitirá aos estados equacionar definitivamente o problema do endividamento, ao mesmo tempo em que garante à União o recebimento das dívidas. Foi um longo processo de negociação, mas alcançamos uma grande vitória – destacou o deputado Dr. Luizinho (PP-RJ), relator do projeto na Câmara.

Atualmente, o Rio de Janeiro tem uma dívida de R\$ 225 bilhões, sendo R\$ 193 bilhões devidos à União, R\$ 28 bilhões em contratos garantidos pela União e R\$ 4 bilhões referentes a parcelamentos.

Inscrições para 9,5 mil vagas do IBGE vão até 11 de dezembro

Estão abertas as inscrições para 9.590 vagas temporárias de trabalho no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As vagas são para atuação nas pesquisas domiciliares, econômicas e geocientíficas.

As inscrições devem ser feitas no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV) até o dia 11 de dezembro de 2025. A seleção será feita por prova objetiva de múltipla escolha, que será aplicada no dia 22 de fevereiro de 2026. As provas serão aplicadas presencialmente em todos os municípios em que há oferta de vagas.

A aplicação será em dois turnos, possibilitando a participação dos candidatos nas provas das duas funções disponíveis no concurso: Agente de Pesquisas e Mapeamento (APM) e Supervisor de Coleta e Qualidade (SCQ). Pela manhã, será aplicada a prova para a função de APM e, à tarde, para a de SCQ.

Ao todo, são 8.480 vagas para APM, sendo 5.512 destinadas à ampla concorrência, 2.120 a pessoas autodeclaradas pretas ou pardas (25%), 254 a indígenas (3%), 170 aos quilombolas (2%) e 424 a pessoas com deficiência (5%).

A remuneração é de R\$ 2.676,24, e as atribuições envolvem coleta de dados estatísticos em domicílios e estabelecimentos, o apoio a levantamentos geográficos e cartográficos, o registro e transmissão de informações em sistemas eletrônicos e a elaboração de relatórios.

Para SCQ, há 1.110 vagas temporárias. São 715 vagas destinadas à ampla concorrência, 275 a pessoas autodeclaradas pretas ou pardas (25%), 33 a indígenas (3%), 22 aos quilombolas (2%) e 55 a pessoas com deficiência (5%). A remuneração é de R\$ 3.379.

Entre as atribuições, estão planejamento e a gestão das atividades de coleta, a supervisão das equipes e da qualidade dos dados, a avaliação técnica dos questionários e a elaboração de relatórios. Para serem contratados nesta função, os aprovados devem ter Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria B dentro do prazo de validade.

Para ambos os cargos, são assegurados benefícios como Auxílio Alimentação (R\$ 1.175); Auxílio Transporte; Auxílio Pré-escolar; férias proporcionais e 13º salário proporcional. (Agência Brasil)

Gilmara Rodrigues do Nascimento

Sociedade Individual de Advocacia

CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

ÁREAS DE ATUAÇÃO:
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELAÇÃO DE CONSUMO
RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br

contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

**Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907**

Flamengo vence o Palmeiras e vira 1º brasileiro tetra da Libertadores

Danilo marca, Rubro-Negro vinga 2021 e coroa geração multicampeã

Fotos: Gilvan de Souza/Flamengo/Fotos Públicas



O primeiro tetracampeão da América do futebol brasileiro se chama Clube de Regatas do Flamengo. Neste sábado (29), o Rubro-Negro se tornou o time do Brasil com mais títulos de Libertadores ao derrotar o Palmeiras por 1 a 0 no Estádio Monumental de U, em Lima (Peru). A partida foi transmitida ao vivo pela Rádio Nacional.

O último ano em que o posto de brasileiro mais vezes campeão do torneio esteve isoladamente com um clube foi 2011. O Santos venceu aquela edição e se igualou ao São Paulo, que era o único tricampeão desde 2005.

A vitória teve gosto de revanche para os rubro-negros, que perderam a decisão de 2021 para o próprio Verdão, no Estádio Centenário, em Montevideu (Uruguai). Na ocasião, o título alviverde veio após um erro de Andreas Pereira, à época no time carioca, que o atacante Deyverson aproveitou. O volante desta vez esteve no lado palmeirense da final, com participação discreta.

O título coroa uma geração extremamente vitoriosa, que levantou 16 taças desde 2019, sendo três Libertadores (2019, 2022 e 2025). Todas com as presenças do meia Giorgian de Arrascaeta - eleito o craque da edição deste ano - e do atacante Bruno Henrique, que se tornaram os jogadores mais vezes campeões pelo clube.

E eles podem colocar mais um troféu nessa estatística na próxima quarta-feira (2). Se a equipe carioca vencer o Ceará no Maracanã, no Rio de Janeiro, às 21h30 (horário de Brasília), conquista o Brasileirão com uma rodada de antecedência.

Arrascaeta e Bruno Henrique, aliás, festejaram um título de Libertadores pela segunda vez no Monumental. Foi lá que eles conquistaram a taça em 2019, na final contra o River Plate (Argentina), a primeira no formato de jogo único. O técnico Filipe Luís - que se tornou o nono a vencer o torneio sul-americano como treinador e jogador - e o auxiliar Rodrigo Caio também estiveram em campo naquela decisão, respectivamente como lateral-esquerdo e zagueiro do time dirigido por Jorge Jesus.

A partida teve início 15 minutos

depois do previsto, por conta do atraso do ônibus do Palmeiras, que teve dificuldades para chegar ao estádio devido ao trânsito de Lima. Se Abel não trouxe novidades na formação alviverde, no Flamengo foi diferente, com Samuel Lino ganhando de Everton Cebolinha a disputa pela vaga no ataque.

Com a bola rolando, o Flamengo iniciou a partida ocupando o campo de ataque e diminuindo os espaços do Palmeiras. O Rubro-Negro teve duas boas chances, uma de cada lado. Aos 14 minutos, o lateral Guillermo Varela lançou Bruno Henrique às costas da marcação. O atacante finalizou da entrada da área, mas por cima. No lance seguinte, Samuel Lino recebeu pela esquerda, saiu da marcação do lateral Khellven e bateu cruzado, próxima à trave esquerda do goleiro Carlos Miguel.

A medida que transcorreu, a primeira etapa ficou mais tensa e falto-sa. Foram quatro cartões amarelos antes dos 40 minutos (três para o Flamengo e um para o Palmeiras). Um deles, aplicado no volante Erick Pulgar, gerou reclamações do Verdão. O chileno acertou a canela de Bruno Fuchs, com o jogo parado, após falta do zagueiro no lance anterior. Os jogadores alviverdes pediram vermelho.

O Palmeiras, gradualmente, acertou a marcação e passou a frequentar o campo do Flamengo, mas sem grande efetividade. A melhor chan-

ce foi aos 20, em um cruzamento de Khellven, pela direita, que o atacante Vitor Roque cabeceou para baixo, a bola quicou no gramado e subiu rente ao travessão.

As equipes voltaram para o segundo tempo impondo correria e buscando mais finalizações. O Flamengo, assim como na etapa inicial, buscou ditar o ritmo. O melhor rendimento rubro-negro, desta vez, foi recompensado.

Aos 21 minutos, Arrascaeta cobrou escanteio pela esquerda, Danilo subiu sozinho e, de cabeça, mandou no canto direito de Carlos Miguel. Quatorze anos depois de fazer o gol do título do Santos contra o Peñarol (Uruguai) o zagueiro voltou a balançar as redes em uma final de Libertadores. E novamente de forma decisiva.

O Verdão se lançou ao ataque em busca do empate. Aos 43 minutos, Vitor Roque teve a melhor oportunidade da equipe paulista no jogo, na sequência de uma cabeçada do zagueiro Gustavo Gómez travada pela defesa. O atacante concluiu na pequena área, mas a bola desviou em Danilo e saiu pela linha de fundo.

Nos acréscimos, Everton Cebolinha - que entrou no lugar de Samuel Lino - bateu falta rasteira, Carlos Miguel não segurou e a bola foi na trave esquerda. O quase gol não fez falta. Apito final e festa rubro-negra em Lima, como em 2019. (*Agência Brasil*)



Aos 21 minutos do segundo tempo, Arrascaeta cobrou escanteio, Danilo subiu sozinho e, de cabeça, mandou no canto direito de Carlos Miguel.

Novo Polo Gastronômico impulsionará turismo no Centro de Maricá

Praça de Alimentação da Rua Barão de Inoã será transformada no novo complexo gastronômico, cultural e turístico

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Economia Solidária e Empreendedorismo Popular, está desenvolvendo o projeto de um novo Polo Gastronômico no Centro de Maricá. A área da Praça de Alimentação, na Rua Barão de Inoã, será transformada em um shopping gastronômico para atrair turistas. A ideia é que o novo espaço seja funcional para os comerciantes e confortável para os frequentadores.

O anúncio foi feito pelo prefeito Washington Quaqué, ao lado do secretário Matheus Gaúcho, além do ex-vice-prefeito Diego Zeidan e da arquiteta Cielly Matos.

“Vamos criar um polo gastronômico, cultural e turístico. É mais uma ação para gerar desenvolvimento e renda para Maricá, criando oportunidades para empreendedores e fazendo a economia da cidade girar”, destacou o prefeito Quaqué.

A proposta prevê um palco central destinado a apresentações musicais, shows e eventos culturais, reforçando o caráter multifuncional da área. Além disso, o pavimento superior contará com cozinha comunitária, auditório e depósitos individuais para cada comerciante.

MELHORIAS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO

A Prefeitura de Maricá vem atuando, em diferentes frentes, para melhorar as condições do tradicional espaço de lanches no Centro da cidade. Após ouvir as demandas de comerciantes que atuam no local, foram iniciadas intervenções de reforço na iluminação pública, reforma dos banheiros, identificação da área de carga e descarga, além de cursos de qualificação voltados aos trabalhadores da praça.

Divulgação/Maricá



Contran aprova resolução que retira exigência de autoescola para CNH

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou, nesta segunda-feira (1º), a resolução que muda o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A principal mudança é o fim da obrigatoriedade de frequentar aulas de autoescola na preparação para os exames teórico e prático dos departamentos de Trânsito (Detrans).

Com isso, o custo para tirar o documento, que hoje chega a R\$ 5 mil, poderá cair em 80%. O texto entrará em vigor assim que for publicada no Diário Oficial da União.

De acordo com a pasta, o objetivo das mudanças é modernizar o processo de obtenção da CNH e tornar o documento mais acessível e barato para a população, especialmente nas categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio).

A resolução prevê que o candidato possa escolher diferentes formas de se preparar para os exames teórico e prático, que continuarão obrigatórios para a emissão da CNH. Ainda segundo Renan Filho, são esses exames que atestam se o condutor está devidamente capacitado para dirigir.

A abertura do processo para tirar a CNH poderá ser feita diretamente pelo site do Ministério dos Transportes ou por meio da Carteira Digital de Trânsito (CDT). O cidadão ainda precisará comparecer presencialmente a etapas como coleta biométrica e exame médico.

A resolução prevê curso teórico gratuito e digital. O ministério disponibilizará o conteúdo online sem custos para o candidato mas, quem preferir, poderá estudar presencialmente em autoescolas ou instituições credenciadas.

Também haverá flexibilização das aulas práticas e abertura para instrutores credenciados pelos Detrans, aumentando as opções para o cidadão. O novo modelo retira a exigência de 20 horas-aula práticas. Agora, a carga horária mínima será de duas horas.

O candidato poderá escolher como fará sua preparação: contratando um centro de formação de condutores tradicional ou um instrutor autônomo. Nenhum profissional poderá atuar sem credenciamento oficial.

O texto também prevê a facilitação dos processos de obtenção da CNH para as categorias C (veículos de carga, como caminhões), D (transporte de passageiros, como ônibus) e E (carretas e veículos articulados) permitindo mais opções de formação, com o objetivo de tornar o processo mais ágil e menos burocrático. (*Agência Brasil*)